

“ANTES QUE SEJA TARDE”

RUMO À COP30



Ciclo de Debates
Na era da crise ambiental mundial

Textos, Entrevistas e Algumas notas aflitas.






APRESENTAÇÃO

Nesta semana, Belém do Pará será o centro das atenções globais ao sediar a 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP30). Pela primeira vez, o maior encontro mundial sobre o clima acontece em plena Amazônia - território que simboliza tanto a urgência ambiental quanto as contradições do modelo econômico que ameaça a sobrevivência do planeta.

O Caderno Rumo à COP30 reúne neste número reflexões críticas sobre este encontro histórico. Em “O que esperar da COP30”, discutem-se as principais pautas da conferência - novos compromissos climáticos, disputas entre mitigação e adaptação, o risco do colonialismo verde e as promessas de uma descarbonização justa - sob o olhar de quem vive e pensa a América Latina a partir de suas contradições sociais e ambientais.

Em seguida celebramos os 25 anos da Carta da Terra, documento que se tornou referência ética e política para uma nova relação entre humanidade e natureza. Pedro Ivo Batista e Liszt Vieira, militantes ambientalistas que há anos batalham pela formulação de políticas públicas ecologicamente sustentáveis, cederam o texto sobre a Carta da Terra que consta deste número de nosso Caderno.



A seguir comentamos a visita do grupo de pesquisa “Memória, Resistência e Verdade” à cidade de Guaíra. A atividade ocorreu nos 43 anos do desaparecimento do Salto das Sete Quedas. Além do museu municipal, onde foi exibido o documentário “As Sete Quedas”, estivemos no Centro Náutico Marinas de Guaíra, de onde se avistava o salto das águas antes da formação do lago. No local plantamos um Resedá Branco - árvore que simboliza o grupo desde a celebração do Centenário da Coluna Prestes em Foz do Iguaçu.

Para finalizar, coincidindo com o início da COP30, fazemos uma oportuna e justa homenagem à Moema Viezzer, educadora popular, pioneira da educação ambiental com perspectiva de gênero, recentemente agraciada com o título de Doutora Honoris Causa pela Unila. Ligada aos movimentos de mulheres e à pedagogia libertadora, Moema inspira gerações a pensar o cuidado com o planeta a partir da solidariedade, da justiça e da igualdade entre os povos. Esperamos que o seu acervo - doado à Unila há alguns anos - seja prontamente organizado, digitalizado e colocado à disposição da comunidade.

Mais do que um informativo, este caderno é um convite à ação e à reflexão. Antes que seja tarde.

A Equipe Organizadora



O QUE ESPERAR DA COP30




De 10 a 21 de novembro, Belém sediará a trigésima Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP30). Paralelamente, de 12 a 16 de novembro, ocorrerá a Cúpula dos Povos, tradicional encontro dos movimentos sociais internacionais que se reúnem desde a Rio-92 para debater a pauta socioambiental sob uma perspectiva popular e crítica.

As expectativas em relação à COP30 variam conforme os interesses em disputa.

Do lado dos países ricos, a ênfase recai sobre a criação de mecanismos financeiros capazes de mitigar as causas do aquecimento global e de transferir serviços ambientais para os países do Sul Global, alimentando os riscos do chamado Colonialismo Verde.

Já para os movimentos sociais, o evento representa uma oportunidade simbólica e política para visibilizar lutas agrárias, conflitos territoriais, os impactos do desmatamento sobre comunidades tradicionais, as mudanças climáticas locais e as perdas culturais que ameaçam modos de vida ancestrais e saberes comunitários.



CONFERÊNCIA CRÍTICA



Para António Guterres, secretário-geral da ONU, o objetivo de manter o aquecimento global abaixo de 1,5 °C já foi ultrapassado, acarretando consequências graves — especialmente na Amazônia, no Ártico e nos ecossistemas oceânicos.


Isso torna a COP30 uma conferência crítica, não apenas para negociações técnicas, mas para reavaliar compromissos globais, acelerar ações e fortalecer alianças entre países do Sul Global, os mais afetados pelas mudanças climáticas e, paradoxalmente, os menos responsáveis por elas.

NOVOS COMPROMISSOS CLIMÁTICOS



As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) são o coração do Acordo de Paris (2015). Cada país apresenta metas próprias de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), revisadas a cada cinco anos.

Nestes documentos devem constar o que cada país fará no curto, médio e longo prazos para cumprir a meta de limitar o aumento médio da temperatura global em 1,5° C em relação às temperaturas da era pré-industrial. A cada atualização as metas apresentadas devem ser mais ambiciosas.



A COP30 será o marco da terceira rodada de NDCs (2025–2035). É o momento em que os países vão anunciar compromissos para manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C, conforme alertas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

CATÁSTROFE CLIMÁTICA



O relatório de síntese da ONU (2025) indica que as metas atuais levariam o planeta a um aquecimento de 2,7°C até 2100, cenário catastrófico que intensificaria secas, incêndios, perda de biodiversidade e crises alimentares.

Por isso, a COP30 será o primeiro grande teste de credibilidade após anos de promessas não cumpridas. Espera-se a definição de metas de descarbonização para 2035, o estabelecimento de compromissos vinculantes de transição energética justa e a criação de mecanismos de financiamento adequados para países em desenvolvimento.

Deve também ser aprovado um novo objetivo coletivo de financiamento climático, substituindo a meta de US\$ 100 bilhões anuais prometida em 2009 — e nunca plenamente cumprida.



ADAPTAÇÃO X MITIGAÇÃO



Historicamente, os países do Norte — maiores emissores — preferem concentrar as negociações em mitigação, ou seja, na redução global de emissões. Já o Sul Global (América Latina, África e Ásia) insiste que a adaptação receba igual importância, pois já enfrenta os impactos diretos da crise climática: enchentes, secas, insegurança alimentar e perda de territórios.

O governo brasileiro tenta posicionar a COP30 como uma “COP da implementação e da adaptação”, com foco em financiamento climático, justiça social e inclusão de comunidades locais. Na prática, porém, adota políticas contraditórias — como a construção de ferrovias em territórios indígenas e exploração de petróleo na Foz do Amazonas.



EXTRATIVISMO E CRISE CLIMÁTICA

Na América Latina, as metas climáticas convivem com a expansão do agronegócio exportador, da mineração e da infraestrutura logística para exportação. Assim, a disputa entre adaptação e mitigação é também uma disputa política de poder e responsabilidade: os países ricos defendem a mitigação porque ela preserva seus sistemas industriais; ao adiar a adaptação, empurram os custos humanos e sociais da crise para o Sul.

A Amazônia é um dos epicentros dessa contradição.

A região enfrenta eventos climáticos extremos e carece de infraestrutura básica para lidar com eles. Sem financiamento adequado, a adaptação torna-se um fardo local, suportado por comunidades indígenas, camponesas e periféricas que resistem com poucos recursos, mas com enorme capacidade de resiliência — como lembra Leonardo Boff, ao afirmar que “os pobres e a Terra são hoje o mesmo grito”.



COALIZÃO CLIMÁTICA

A chamada Coalizão Climática é uma proposta discutida por países industrializados — liderados pela União Europeia e pelos Estados Unidos — para criar um bloco com metas e preços mínimos de carbono harmonizados.

Os países que aderirem terão vantagens comerciais (isenção de taxas, acesso a mercados); os que ficarem de fora enfrentarão “ajustes de fronteira de carbono”, tarifas sobre exportações de países com emissões elevadas. Muitos especialistas consideram isso um novo pacto colonial ambiental.

Embora apresentada como incentivo à transição verde, a proposta reforça o domínio econômico do Norte e cria um regime climático excludente.



Há pressão para que Brasil, Indonésia e Congo — detentores de grandes florestas tropicais — participem parcialmente, oferecendo suas florestas como “estoques de carbono” ou compensações via mercados de carbono florestais. O governo brasileiro busca negociar condições que valorizem os “serviços ambientais” da Amazônia, mas sem se submeter inteiramente às regras impostas pelo Norte.

Economistas e pensadores críticos — como Jason W. Moore, Elmar Altvater e Michael Löwy — argumentam que essa lógica representa um novo ciclo de acumulação capitalista travestido de ambientalismo. Para João Pedro Stédile, trata-se de “um capitalismo de rosto verde”, que tenta salvar o lucro, não o planeta.

COLONIALISMO VERDE

O Colonialismo Verde deixou de ser uma advertência teórica e tornou-se uma realidade concreta. Ele se manifesta na financeirização da natureza — quando florestas, carbono, água e biodiversidade são transformadas em ativos negociáveis nos mercados globais.

Sob o discurso da “economia verde”, o Norte Global mantém sua hegemonia ao explorar os recursos naturais e culturais do Sul, agora sob o pretexto de salvar o planeta.



Essa nova forma de colonialismo ambiental reproduz as estruturas históricas de dependência: as periferias fornecem matéria-prima e “serviços ecossistêmicos”, enquanto o centro define as regras, captura o valor e impõe metas que limitam o desenvolvimento soberano.

Como lembra Naomi Klein, “o capitalismo não vai resolver a crise climática porque é a própria crise”. O colonialismo verde é, portanto, a versão ecológica da velha dominação imperial: extrai, mercantiliza e controla a natureza sob o verniz da responsabilidade ambiental.

É um neocolonialismo de baixa emissão, que não altera o modelo extrativista, apenas o reveste de uma linguagem tecnocrática e ecológica, substituindo o saque mineral pelo saque de carbono.



A AMAZÔNIA COMO SUJEITO POLÍTICO

Um tema cada vez mais presente nas discussões é o da “descarbonização justa”, que articula a transição energética com justiça social e redistribuição de poder econômico. Não se trata apenas de substituir combustíveis fósseis por energias renováveis, mas de mudar o modelo civilizatório que produz desigualdade, degradação ambiental e exclusão.



A Amazônia, nesse contexto, não pode ser vista como um simples reservatório de carbono, mas como sujeito político global, portador de saberes ecológicos, cosmologias e práticas de convivência com a floresta.

Os povos indígenas, ribeirinhos e camponeses oferecem outras epistemologias de sustentabilidade, que desafiam a lógica mercantil e propõem um horizonte de bem viver, expressão recorrente nos debates latino-americanos sobre o pós-extrativismo. Como lembra Leonardo Boff, a Amazônia é “a grande biblioteca viva da Terra”; destruí-la é silenciar não apenas uma floresta, mas uma sabedoria.

DISPUTAS ACIRRADAS



A COP30 será, portanto, um campo de disputa material e simbólica.

Realiza-se num contexto de transição geopolítica — da ordem unilateral do pós-Guerra Fria a uma ordem multilateral ainda incerta —, em meio a guerras, crises econômicas e à ascensão de governos autoritários e neofascistas. Tudo isso sob a sombra do colapso climático, que ameaça a sobrevivência da própria espécie humana.



Se nada for feito agora, o futuro da Terra nas próximas décadas será de escassez, deslocamentos em massa e destruição ecológica irreversível. A COP30 pode ser uma oportunidade de ruptura — ou mais um capítulo na longa história das promessas vazias. O que está em jogo, como advertiu Michael Löwy, “não é o meio ambiente, mas a própria sobrevivência da humanidade”.

PARA SABER MAIS



Jason W. Moore (ORG). Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e crise do capitalismo. Ed Elefante. SP. 2022.

João Pedro Stédile. A questão agrária no Brasil. São Paulo. Expressão Popular. 2013.

Leonardo Boff. Cuidar da casa comum. Pistas para protelar o fim do mundo. Editora Vozes. RJ. 2024.

Michael Lowy. O que é ecossocialismo? SP. Cortez, 2014.

Miriam Lang, Breno Bringel, Mary Ann Manahan (ORG). Más allá del Colonialismo Verde: Justicia Global y Geopolítica de las Transiciones Ecosociales. CLACSO. 2023.

Naomi Klein. Como mudar tudo. Um guia para jovens que querem proteger o planeta e uns aos outros. Rocco. 2022.

CARTA DA TERRA E A SOBREVIVÊNCIA HUMANA NO PLANETA

No ano em que será realizada a COP 30 no Brasil, também celebramos os 25 anos da Carta da Terra, este documento ético que se tornou uma referência global para a sustentabilidade, a justiça e a paz.

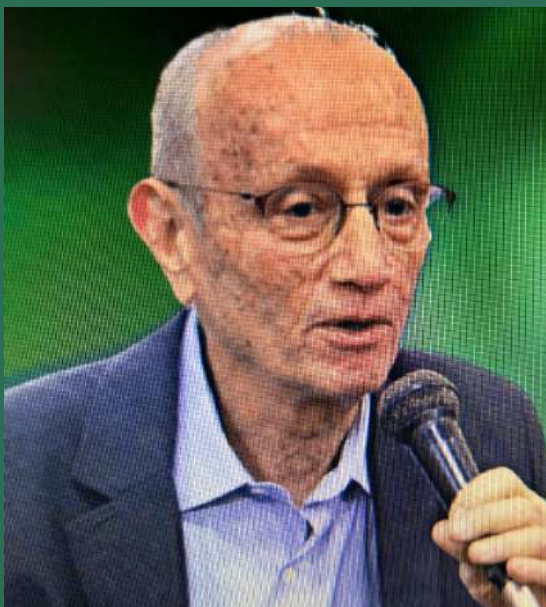
Criada a partir de um processo de diálogo mundial que se iniciou na Conferência Rio-92, a Carta da Terra é um código de ética planetário, um apelo à ação e um guia moral para indivíduos, comunidades e instituições em todo o mundo. Seu lançamento oficial se deu em junho de 2000, na sede da UNESCO, em Paris.

Pedro Ivo Batista. Presidente da Associação Alternativa Terrazul, membro do Círculo de Organização da Teia Carta da Terra Brasil, Coordenador Nacional do FBONS, Conselheiro do Conama e membro da Comissão Nacional dos ODS (CNODS).



Fruto de um longo e participativo processo iniciado após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a Carta consolidou-se como um documento ético que propõe uma visão de mundo baseada na interdependência, na responsabilidade compartilhada e no respeito a toda forma de vida. Sua relevância permanece atual diante dos desafios ambientais, sociais e políticos do século XXI.

Ao longo desses 25 anos, a Carta foi traduzida para mais de 40 idiomas e adotada por milhares de organizações, incluindo a UNESCO, sendo usada como uma ferramenta para educação, desenvolvimento comunitário, e referência ética em diversos contextos globais. A versão final do documento foi elaborada ao longo de um processo de consulta internacional que envolveu milhares de pessoas e organizações de todo o mundo, com participação de representantes de diferentes culturas, religiões, organizações sociais e povos indígenas. O resultado foi um texto articulado em torno de quatro princípios fundamentais:



Liszt Vieira. Sociólogo, Professor Universitário e Defensor Público. Foi deputado PT/RJ. Membro do Conselho Consultivo da Associação Alternativa Terrazul. Autor de diversos livros sobre Democracia e Meio Ambiente. Coordenou o Fórum Global da Rio-92 e presidiu o Jardim Botânico do RJ.

(1) Respeitar e cuidar da comunidade da vida: Reconhece a interconexão de todos os seres vivos e o valor intrínseco de cada forma de vida, independentemente de sua utilidade para os seres humanos. O compromisso é com a proteção da diversidade biológica e com o cuidado da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.



(2) Integridade ecológica: Foca na proteção e restauração dos sistemas ecológicos da Terra, exigindo a adoção de padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas do planeta. Este pilar também promove o princípio da precaução, que exige a prevenção de danos ambientais, mesmo quando o conhecimento científico é limitado.



(3) Justiça social e econômica: Busca a erradicação da pobreza como um imperativo ético, social e ambiental. Defende a igualdade e a equidade de gênero, e assegura que as atividades e instituições econômicas promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável, garantindo os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos.





(4) Democracia, não violência e paz: Enfatiza a importância de fortalecer as instituições democráticas, de promover a participação inclusiva na tomada de decisões e de usar a colaboração para resolver conflitos. Este princípio defende a construção de uma cultura de paz e não-violência, buscando a desmilitarização e a eliminação de armas de destruição em massa.

A Carta da Terra vem inspirando iniciativas em múltiplas escalas. No campo da educação, tornou-se instrumento pedagógico em escolas e universidades, integrando currículos e programas de formação docente. Em vários países, inclusive no Brasil, foi incorporada a projetos de educação ambiental formal e não formal, promovendo valores de cooperação, respeito à diversidade e cidadania planetária. Na esfera política e institucional, governos locais e nacionais adotaram a Carta como base ética de suas políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável.

Em 2005, a Universidade das Nações Unidas publicou materiais pedagógicos inspirados na Carta, e em 2010 foi criada a Iniciativa Carta da Terra+10, reforçando sua aplicação prática em políticas públicas e ações comunitárias. Entretanto, os desafios são inúmeros. Apesar de seu conteúdo visionário, a Carta da Terra enfrentou obstáculos para se consolidar como instrumento político efetivo em âmbito global. A ausência de caráter jurídico vinculante limita seu alcance institucional, e a

ascensão de agendas políticas negacionistas ou de curto prazo em vários países dificultou a incorporação de seus princípios em políticas nacionais.

Além disso, a crise climática, a perda acelerada da biodiversidade, os conflitos armados e o aumento das desigualdades sociais mostram que muitos dos ideais da Carta ainda estão longe de se realizar.

Por outro lado, o contexto atual de transição da hegemonia unilateral dos EUA para um mundo multipolar baseado na multilateralidade e os conflitos daí advindos reforçam a pertinência da mensagem da Carta da Terra. A interdependência planetária, destacada já no preâmbulo do documento, tornou-se evidente com a ameaça real das mudanças climáticas e da crescente instabilidade geopolítica.

A Carta da Terra convida a humanidade a uma “mudança de mentalidade e de coração”, promovendo uma ética de cuidado e corresponsabilidade que transcende fronteiras nacionais.

No Brasil, país que teve papel relevante no processo da Rio-92, a Carta da Terra segue inspirando práticas locais de educação ambiental e movimentos socioambientais. Organizações da sociedade civil, escolas e universidades continuam promovendo debates e projetos baseados em seus valores, buscando construir comunidades mais justas, solidárias e sustentáveis.




Assim, os 25 anos da Carta da Terra devem ser comemorados como uma chamada renovada à ação global. Em tempos de urgências ambientais e sociais, sua mensagem ética permanece um guia potente para repensar o modelo civilizatório e promover uma cultura de paz, justiça e sustentabilidade. O desafio dos próximos anos será transformar seus princípios em práticas concretas e políticas estruturantes, para que a “comunidade da vida” possa florescer em equilíbrio e dignidade para todos.



Diante de crises climáticas, a persistência de desigualdades sociais e econômicas, e conflitos globais, seus princípios ressoam como um chamado urgente para expandir a Consciência Planetária e a Ética do Cuidado. O documento continua a ser uma ferramenta essencial para a educação para o desenvolvimento sustentável, orientando a humanidade a fazer a escolha fundamental que está diante de nós: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar nossa própria destruição.

Estamos todos chegando perto do que foi chamado “limites planetários”, a partir dos quais fica ameaçada a sobrevivência da humanidade no planeta pela destruição da biodiversidade e dos recursos naturais, bem como pelos efeitos desastrosos dos eventos climáticos extremos causados pelas mudanças climáticas provocadas pela emissão de gases de efeito estufa, face ao uso dos combustíveis fósseis, e pelo desmatamento e destruição de florestas.

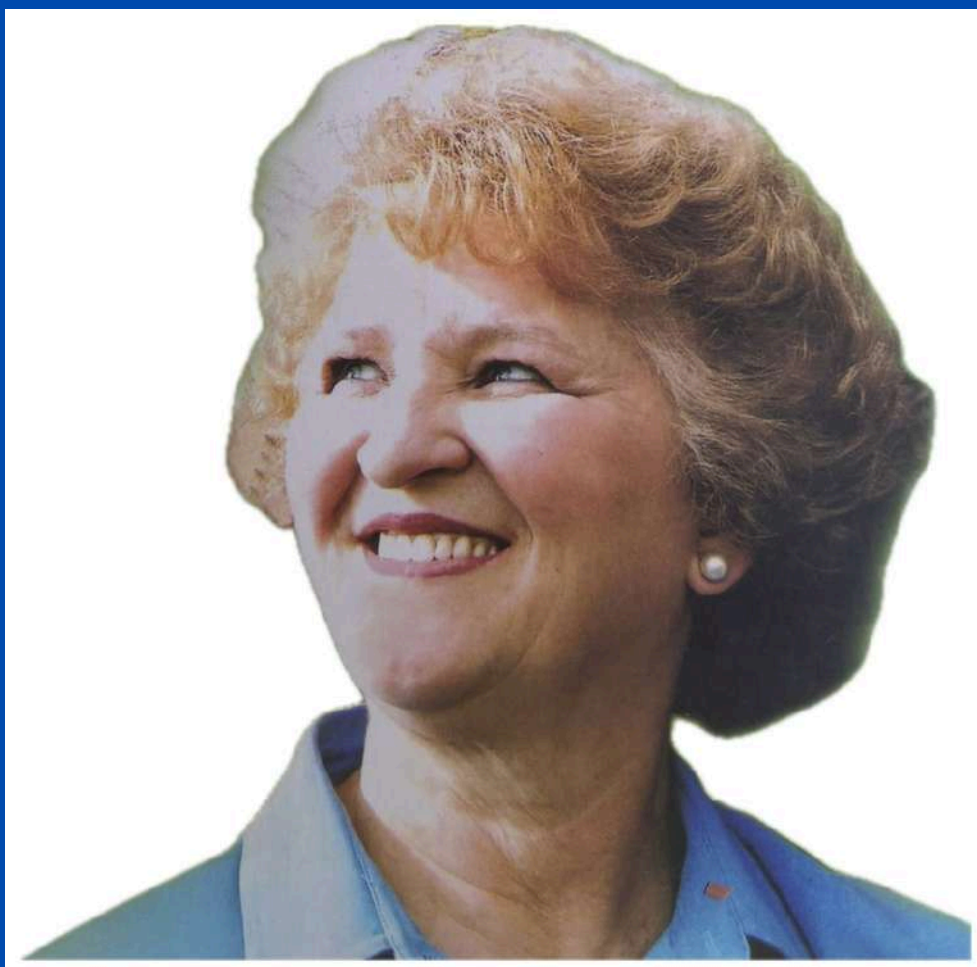


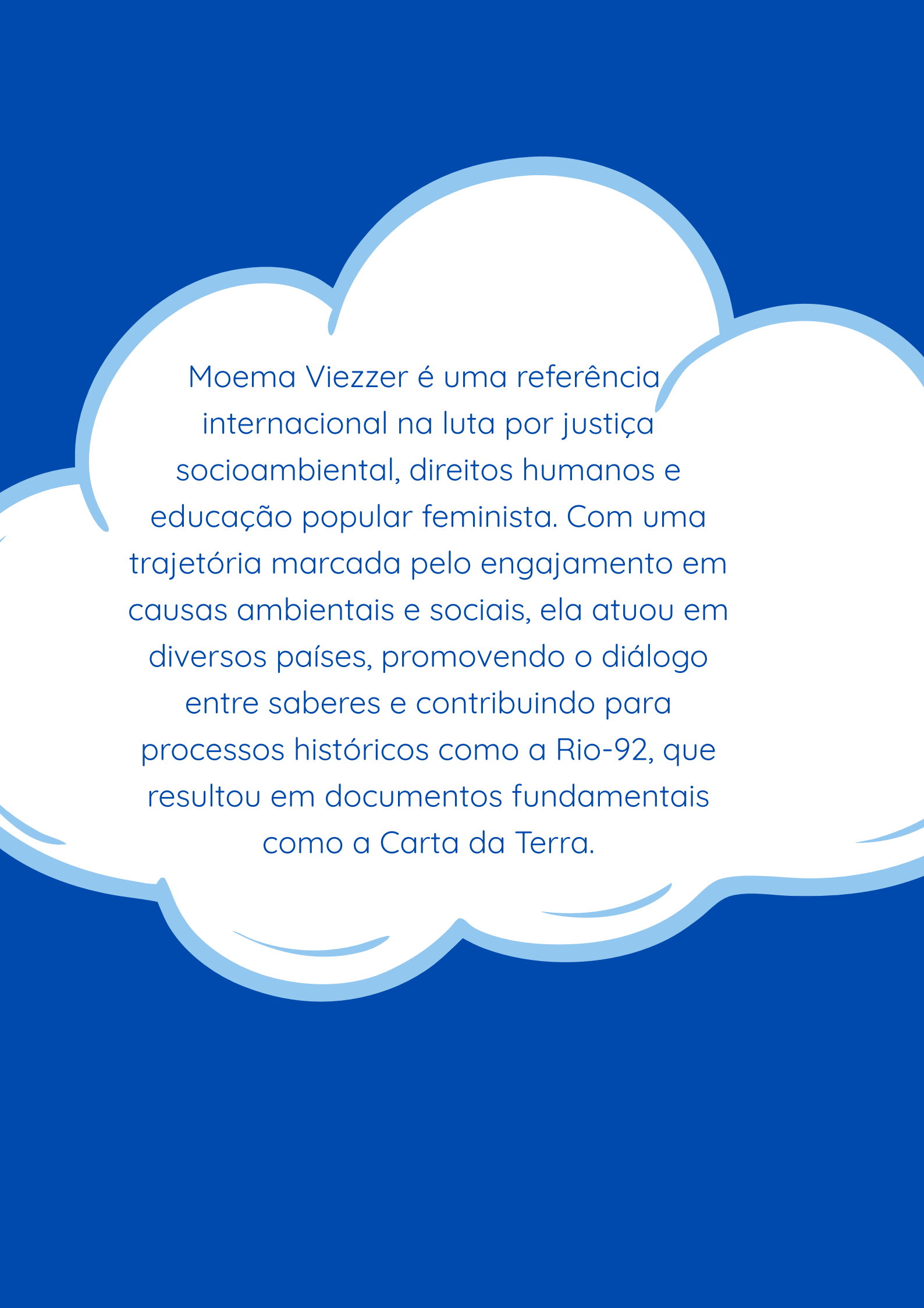


Assim, a Carta da Terra deve ser vista como um documento base da sobrevivência humana em nosso planeta. Ou seus princípios serão incorporados às políticas nacionais e internacionais, ou o ser humano correrá o risco de desaparecer da face da Terra. Em seus 25 anos, a Carta da Terra permanece como uma referência fundamental para despertar a consciência e transformá-la em ação, visando à sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural, com o objetivo de construir uma sociedade global justa, sustentável e pacífica, garantindo os direitos humanos, a proteção ambiental e o bem-estar das futuras gerações.

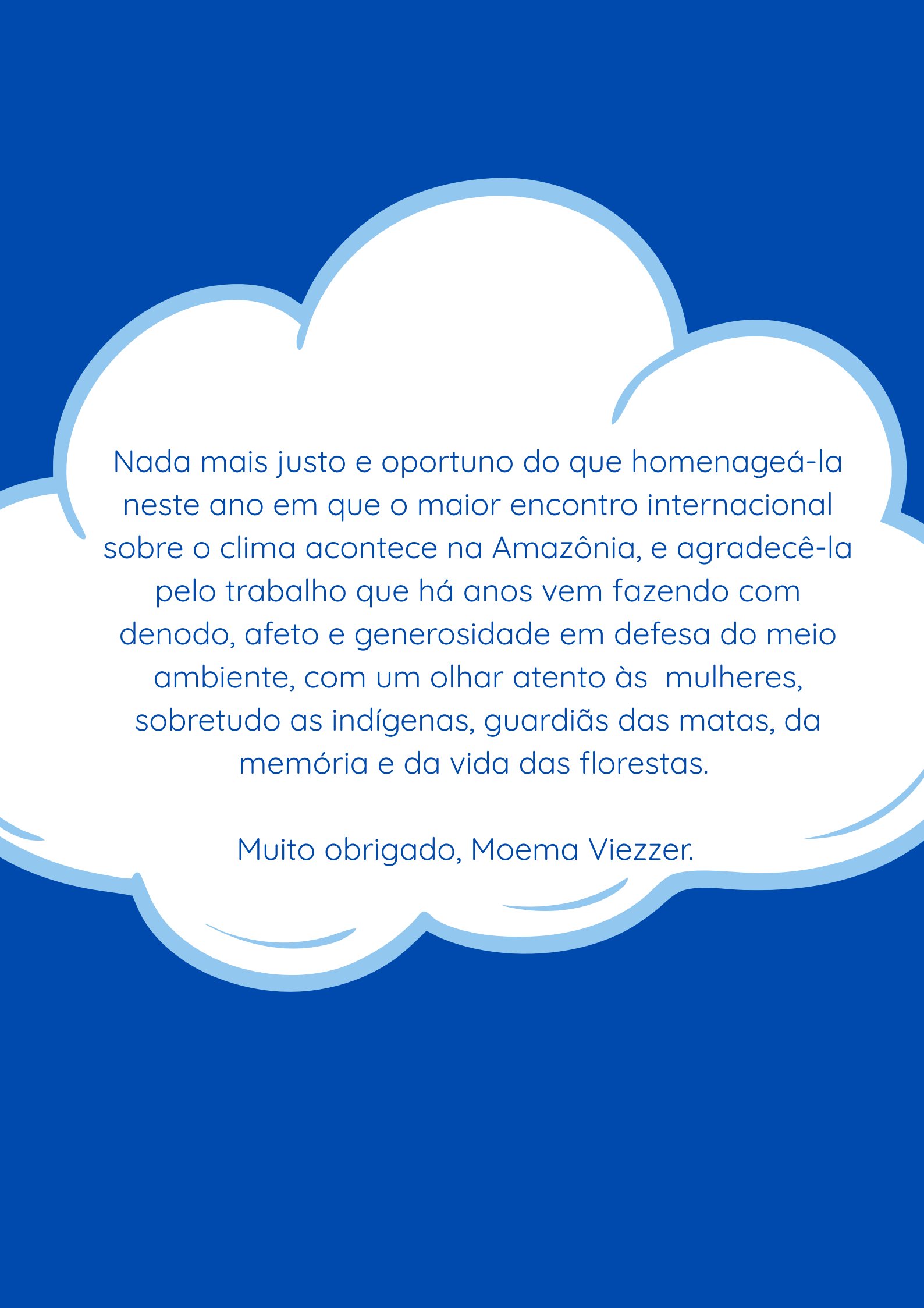


MOEMA VIEZZER





Moema Viezzer é uma referência internacional na luta por justiça socioambiental, direitos humanos e educação popular feminista. Com uma trajetória marcada pelo engajamento em causas ambientais e sociais, ela atuou em diversos países, promovendo o diálogo entre saberes e contribuindo para processos históricos como a Rio-92, que resultou em documentos fundamentais como a Carta da Terra.



Nada mais justo e oportuno do que homenageá-la neste ano em que o maior encontro internacional sobre o clima acontece na Amazônia, e agradecê-la pelo trabalho que há anos vem fazendo com denodo, afeto e generosidade em defesa do meio ambiente, com um olhar atento às mulheres, sobretudo as indígenas, guardiãs das matas, da memória e da vida das florestas.

Muito obrigado, Moema Viezzer.

O SILÊNCIO DA ORQUESTRA

Há 43 anos o Salto das Sete Quedas foi silenciado em nome do progresso pela “maior companhia hidrelétrica do mundo”, como dizia a propaganda ufanista e autoritária da época. Em 25 de outubro, uma Caravana da Unila esteve em Guaíra para prestar homenagem à memória das águas assassinadas.

A visita fez parte do Projeto de Extensão **Rumo à COP30 - Antes que seja tarde**, desenvolvido pela Unila para lembrar a tragédia ambiental causada pela hidrelétrica de Itaipu.

Em nome do progresso, uma das mais exuberantes belezas naturais do planeta foi silenciada. A orquestra das águas se calou para sempre. Como disse o poeta Carlos Drummond de Andrade, as Sete Quedas foram “assassinadas”, como seriam assassinados os indígenas e camponeses expulsos de seus territórios. Desde então, os conflitos de terra se multiplicaram pela região.

Atualmente, o sofrimento causado pelo aquecimento global vêm se somar a séculos de opressão colonial sobre os indígenas. Os Avá-Guarani já não contam com a turbulência das Sete Quedas para protegê-los. Com o silêncio do lago, o espírito das águas foi expulso do seu leito natural, deixando-os indefesos.

Nossa visita aconteceu neste contexto difícil com objetivos precisos:

Levar à população de Guaíra um abraço solidário de estudantes latino-americanos nesta data que é ao mesmo tempo melancólica e emblemática do desaparecimento das Sete Quedas. Somos haitianos e haitianas, peruanos e peruanas, colombianos e colombianas, paraguaios, tikuna e guarani. Somos brasileiros. Somos latino-americanos os que integram essa missão unileira!

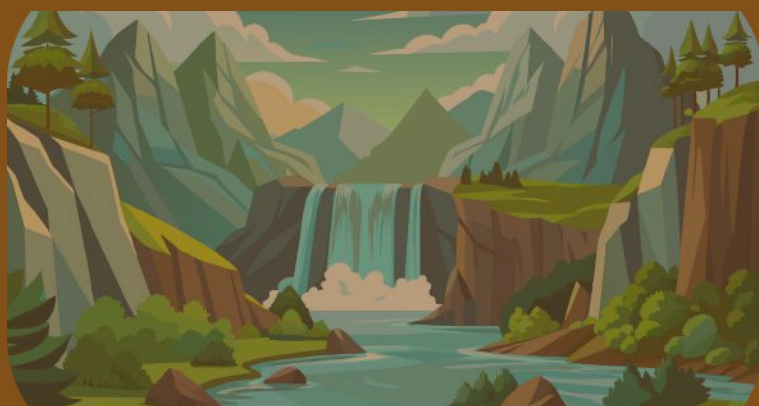
Informar e conscientizar as novas gerações sobre o sentido da nossa história natural. Há 500 anos Nuestra América é alvo da cobiça estrangeira. As Veias Abertas da América Latina, do uruguaio Eduardo Galeano, são um testemunho eloquente do extermínio dos povos originários, da exploração de recursos naturais e da degradação ambiental praticada pela lógica da acumulação infinita. O planeta já não suporta esse padrão de produção e consumo, o mesmo que, em nome do progresso, levou ao desaparecimento das Sete Quedas.

Reivindicar, em linha com os Movimentos Sociais e Indígenas, a reparação histórica das terras alagadas pela Itaipu. Coincidentemente, alguns dias após nossa visita, o acordo supervisionado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) determinando o pedido de desculpas do Estado pela violação dos direitos humanos dos Guarani foi concretizado. O pedido de desculpas é um gesto simbólico importante mas insuficiente para reparar a violência histórica.

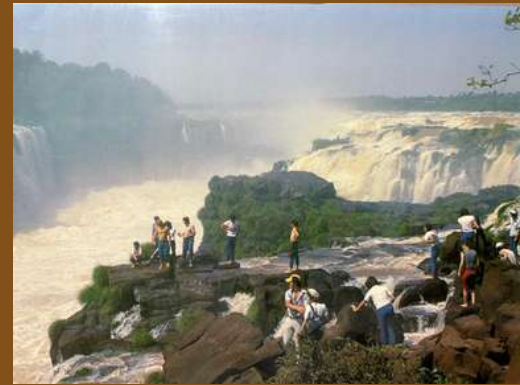
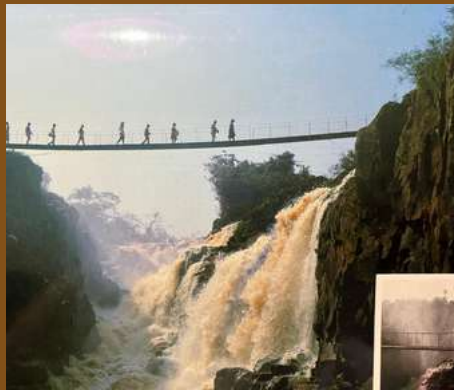
Apesar dos esforços de compensação, as comunidades Avá-Guarani, que historicamente ocupavam os territórios alagados, continuam reivindicando uma reparação mais abrangente, incluindo, além das terras, o reflorestamento, a formação de corredores de biodiversidade e a construção de infra-estrutura básica de saúde e educação.

Repercutir a memória do Salto de Sete Quedas é parte de nossa missão. Nessas quatro décadas recaíram sobre as águas silenciadas o peso de sucessivos governos, de diferentes colorações ideológicas, desta ou daquela margem do rio. Resgatar a memória de nossa história natural é apostar que ela pode ser um instrumento de luta contra os crimes ambientais atuais. E estes crimes não pararam de acontecer.

Alertar os presidentes, primeiros-ministros e chefes de estados que se reunirão nas próximas semanas na Conferência das Partes na Amazônia, a COP30, que o tempo deles tomarem decisões consequentes acabou. O cardápio das medidas recomendadas pela ciência ou pelas comunidades tradicionais para frear o absurdo climático é conhecido de todo mundo há três décadas.



Portanto, ajam, senhoras e senhores! Mas dessa vez ajam na direção certa, e não pelo que dizem as corporações de carvão, petróleo e gás que têm ditado as decisões das Conferências do Clima até agora.







Celebração | Docentes e discentes do Projeto de Extensão **Rumo à COP 30 - Antes que seja tarde** recordam o desaparecimento de Sete Quedas juntamente com a população de Guaíra. “Crimes Ambientais, Nunca mais” - 25 de outubro de 2025.

“ANTES QUE SEJA TARDE”

Caderno do Ciclo de Debates
Na era da crise ambiental mundial

Textos, Entrevistas e Algumas notas aflitas

UNILA - PROEX
Novembro de 2025

EQUIPE

Ana Carolina Fiori - antropologia
Bernardo Salgado Araújo - ciência política e sociologia
Danielle Moura de Araújo - professora de antropologia
Henrique Leal Buriti - ciência política e sociologia
Ignacia Monserratt Ramos- antropologia
Renato Martins - professor de ciência política e sociologia
Lohana Lisboa - ciência política e sociologia
Micaeli de Souza Etienne - ciência política e sociologia
Shary Cristina S. Medina - ciência política e sociologia
Tabatha Nadiesda - antropologia
Tarsila de Brito Soares - ciência política e sociologia
Thalissa Moura - ciência política e sociologia
Valentina Gonzalez Roncancio - antropologia
Vinícius de Oliveira Alves - ciência política e sociologia